



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA (13ª) SESSÃO **ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos quatro dias do mês de maio do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; Secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Décima Terceira (13ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 30 de abril de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antônio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Luís Roberto Tavares (10), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (11), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (12), Marcos Bento Alves de Godoy (13), Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15), Waldemar Marcurio Filho (16) e, ausente, Luiz Antônio Guarnieri (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106 da citada Resolução, convidou o Vereador Luís Roberto Tavares para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, o Presidente deu ciência à Casa e submeteu à apreciação do Plenário, na forma do inciso I do artigo 156; combinado com os artigos 81, I, “a”, e 167 todos da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), o Requerimento nº 162/2015, de Justificativa de Falta, por doença, conforme atestado médico anexo, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, para a Décima Terceira (13ª) Sessão Ordinária, do terceiro ano da Décima Sexta Legislatura, programada para a presente data, pedido que foi aprovado, unanimemente, pelos vereadores presentes à sessão. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Décima Segunda (12ª) Sessão Ordinária, realizada em 27 de abril de 2015, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Benedito José do Couto, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 46, de 2015, do Vereador Dr. Ary Augusto Reis de Macedo, “dando denominação à rua 07, localizada no Loteamento Vila Toscana, de Rua Angel Veja Sanchez”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 47, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 39/2015, datada de 24/04/2015, objeto do Ofício nº 39/2015, de igual data, “dispondo sobre alteração de dispositivo das Leis Municipais nºs 5.616, de 2014, e 5.617, de 2014, que dispõem sobre alienação, mediante venda, por meio de processo licitatório, na modalidade concorrência pública, bens imóveis constantes do patrimônio público municipal”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme Artigo 49, § 1º do Regimento Interno); 3. Projeto de Lei nº 49, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Stupp, acompanhado de Mensagem nº 42/2015, datada de 29/04/2015, objeto do Ofício nº 42/2015, de igual data, “estabelecendo as diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município de Mogi Mirim, para o exercício de 2016, e dando outras providências – Volumes I e II”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 50, de 2015, de autoria do da Vereadora Dayane Amaro Costa, “dispondo sobre a instalação de placas indicativas de vagas preferenciais, com mensagens educativas, no âmbito do Município de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei nº 51, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 43/2015, datada de 04/05/2015, objeto do Ofício nº 43/2015, de igual data, “dispondo sobre incorporação, ao perímetro urbano de Mogi Mirim, de área de terreno de propriedade de Maria José Luca Scharlak”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Projeto de Lei nº 52, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 45/2015, datada de 04/05/2015, objeto do Ofício nº 45/2015, de igual data, “dispondo sobre desafetação de áreas, que especifica, de propriedade do Município de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 7. Balanço Financeiro e Relatório da Receita e Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de janeiro de 2015”; (à Comissão de Finanças e Orçamento); 8. Balanço Financeiro e Relatório da Receita e Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de fevereiro de 2015”; (à Comissão de Finanças e Orçamento); 9. Balanço Financeiro e Relatório da Receita e Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de março de 2015”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com os Ofícios nºs. 39, 43 e 45/2015, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei nºs. 47, 51 e 52/2015 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nº 151, de 2015, do Vereador Manoel E. P. C. Palomino, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando o disposto na Indicação nº 157/2015, para parecer técnico, visando a possibilidade de se firmar novo convênio com a Instituição CEBE – Centro de Educação e Integração Social Benjamim Quintino da Silva, para a contratação dos jovens da instituição, a fim do exercício da atividade laboral regular e remunerada, em conformidade com a Lei do Aprendiz”; nº 152, de 2015, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que, em conjunto com a empresa Tecnopark, responsável pela exploração da Zona Azul, substitua a multa, por estacionamento irregular, pela multa moral, com valor reduzido”; nºs 153 e 154, de 2015, do Vereador Cinoê Duzo, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o teste piloto, realizado com o drone, para combate à Dengue, no município, bem como detalhes sobre custo e as imagens captadas durante o teste” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando o disposto no Requerimento nº 032/2013, para a realização de concurso público, pra contratação de professores de Educação Física e técnicos desportivos”; nº 156, de 2015, do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para realização da exposição de carros antigos no dia 22 de outubro de 2015, no Dia da Cidade de Mogi Mirim, no Espaço Cidadão”; nº 157 e 161, de 2015, do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando o disposto no Requerimento nº 344/2014, para obras de pavimentação asfáltica no trecho final da Rua Lázaro Franco de Moraes, no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Jardim Helena, e religação da iluminação da praça no final de mesma rua” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando o disposto no Requerimento nº 178/2014, pra construção de muro ao redor da EMEB Professora Ana Isabel da Costa Ferreira, no SEHAC”; nº 160, de 2015, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo cópia do processo licitatório nº 005/2014, modalidade concorrência, vencedora Alfalix Ambiental Eireli”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nºs 208, 209 e 210, de 2015, do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, sugerindo, respectivamente, “troca de lâmpadas queimadas na Avenida Luiz Pilla, em Martim Francisco”, “reparos e manutenção em calçada, bem como análise em árvore, na Rua Domingos Quaglio, 158, Bairro Dionísio Linares” e “limpeza e roçagem do mato na praça, localizada no final da Rua Aristides Trentin, Jardim dos Manacás”; nº 211, de 2015, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, “repintura da sinalização de solo existente, em toda extensão da Avenida Pedro Botesi”; nºs 212 e 213, de 2015, do Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “manutenção e limpeza no meio-fio da Praça Dr. França Camargo, no Jardim Primavera” e “manutenção na iluminação pública na Rua José Fortuna, próximo ao nº 45, nas Chácaras São Marcelo”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nº 35, de 2015, do Vereador Cinoê Duzo, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de pesar pelo falecimento da senhora Irma Bridi, falecida no dia 29 de abril de 2015”; nº 36, de 2015, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de pesar pelo falecimento do senhor Dr. Alberto Costa, falecido no dia 23 de abril de 2015”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

CORRESPONDÊNCIA: Ofícios n.ºs. 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, datados de 24 de abril de 2015, subscritos pelo Prefeito de Mogi Mirim, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação n.º 682/2014; Requerimentos n.º 033/2015; Requerimento n.º 034/2015; Requerimento n.º 084/2015; Requerimento n.º 086/2015; Requerimento n.º 095/2015; Requerimento n.º 097/2015; Requerimento n.º 100/2015; Requerimento n.º 112/2015, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Vereadores); Ofício n.º. 108306, de 2015, datados de 14 de abril do corrente, subscrito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. A primeira a discursar foi a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que perguntou como andava a memória da população e fez, então, um levantamento de fatos do passado, para que nada ficasse esquecido. Relatou que no primeiro ano de mandato, o Prefeito Luís Gustavo Stupp tinha feito contato com os servidores, prometendo valorizá-los, mas o aumento que ele dera, fora escalonado, com apenas a reposição da inflação, dividida em duas vezes; que, no segundo ano do mandato, ele, o prefeito, novamente, repusera a inflação; que, agora, no terceiro ano, o prefeito havia iniciado negociações num determinado patamar, mas, depois, acabara baixando o índice de reajuste; que Mogi Guaçu tinha negociado com seus servidores e concedido 8,42% de reajuste e mais um abono, de cem reais, que fora incorporado ao salário; que, em Mogi Mirim, nenhuma negociação tinha sido feita entre a equipe do prefeito e os servidores e o reajuste seria de 6%, “o máximo”; que os servidores, com salários em torno de mil reais, não conseguiriam pagar suas contas, que gastos com energia elétrica, alimentação e transporte haviam aumentando além do índice e que, os colegas vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

deviam pensar muito bem sobre tais relatos, principalmente, aqueles que estavam sempre em reunião com o prefeito. Ainda em relação à memória, a vereadora colocou seu descontentamento diante das atitudes do Partido Solidariedade - SD, cujo presidente estadual tinha ingressado na Justiça, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN contra alguns artigos do Regimento Interno da Câmara de Mogi Mirim, conseguindo a suspensão desses, através de liminar, algo que influenciava, diretamente, no andamento da Comissão Processante, que analisava processo de cassação do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp. “Penso que é medo de perder e saíram correndo, para fazer o que fizeram, mas a população está acompanhando e diz que os ‘políticos não mudaram’ e que ‘acreditar na mudança é mentira’, e que, ‘se todos votaram a favor, foi sob ordens, porque algo já estava acontecendo’ e são essas as colocações que recebi de cidadãos, que eu represento, e, mais uma vez, a Câmara nivela por baixo, só espero que a memória da população não esteja curta”, salientou e finalizou. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que se disse espantado com os comentários da Vereadora Luzia Nogueira e esclareceu que, quando da votação da abertura do processo de cassação do prefeito, ele tivera a intenção de se abster, mas não o fizera, pensando na possibilidade de integrar a comissão processante, através do sorteio, bem como lembrou que, em qualquer administração, os primeiros anos de governo eram sempre difíceis e os gestores preferiam guardar ações, para a segunda metade do mandato. “São tantas as críticas da oposição, mas na hora de mostrar provas, ninguém consegue; a oposição pega assinaturas na praça, diz que o SAAE foi vendido, quando todos sabem que votamos uma concessão de Parceria Público Privada – PPP, então, algumas pessoas induzem outras; Mogi mirim tem sessenta mil eleitores e, pelos votos válidos, vemos que há um grupo maior na oposição, do que na situação, e o vereador vota como bem entender e eu falo, por mim, porque eu tenho o bom senso de ler tudo o que é protocolado na Casa, procuro me informar e não me deixo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

induzir por ninguém, e foi por isso, afinal, por não me deixar induzir, que o PT me expulsou, e digo, então, que não estou a favor do prefeito, mas também não estou contra, porque só quero que Mogi Mirim caminhe; recebo críticas, porque criticam de qualquer jeito, mas não procuram saber os projetos que fiz, o requerimentos que apresentei e foram executados, pois é fácil criticar e condenar, mas respeitar o parecer das outras pessoas, muitos não querem, querem induzir aquilo que acham que é certo, mas nem sempre o que acham que é certo, é certo!”, declarou e encerrou sua fala. O próximo orador foi a Vereadora Dayane Amaro Costa, que versou a respeito de projeto de sua autoria, lido na presente sessão, dispendo sobre a instalação de placas indicativas de vagas preferenciais, com mensagens educativas, no âmbito do município de Mogi Mirim. Aclarou que o projeto já fora apresentado em várias cidades do país; que a ideia dera muito certo; que placas, contendo uma mensagem educativa, para não estacionamento no local destinado aos deficientes, seriam fixadas nas vagas e que, a frase educativa poderia ser escolhida em concurso, promovido nas escolas municipais, integrando as crianças ao projeto de inclusão e acessibilidade. Falou também sobre a Caravana da Inclusão, evento do Governo Estadual muito importante, que, com muita luta, ela tinha conseguido trazer para a cidade, cuja agenda estava prevista para o dia 07 de agosto de 2015, esclarecendo, ainda, que Mogi Mirim estava dentre os treze municipais do Estado, contemplados com o projeto, que objetivava políticas de inclusão e de acessibilidade. Depois falou sobre a situação dos servidores municipais, concordando com as palavras da Vereadora Luzia. “No primeiro ano, votei com o prefeito, dei-lhe um crédito, votei o aumento mínimo, porque ele disse que a prefeitura estava quebrada, mas, agora, é diferente, pois ele está há tempos na prefeitura; ele mesmo me disse, no primeiro ano, que ele tinha um compromisso com os servidores e que daria um aumento substancial, no próximo ano, e também não deu e eu não concordo com a atitude que está sendo tomada”, frisou. Para finalizar, desejou um feliz Dia das Mães a todas as mães



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mogimirianas. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que abordou o assunto da cavalgada, realizada no bairro Santa Cruz, evento que surgira após a decisão, tomada pelo Pároco da Santa Cruz, ano passado, decretando o término da Romaria dos Cavaleiros. Narrou que a cavalgada transcorreria em clima de calma, sem incidentes; que ele era favorável a qualquer tipo de evento sadio, envolvendo animais, carros, motos, tudo o que fosse bem organizado, para dar entretenimento e diversão para a população; que o problema tinha se dado após a cavalgada, mas não com os participantes e sim, com pessoas que nada tinham a ver com o evento, mas tinham permanecido na praça do bairro, fazendo baderna após a cavalgada; que a baderna fora generalizada, uma verdadeira ‘terra de ninguém’, inclusive, sendo impossível realizar a missa dominical, haja vista inúmeros veículos, com som, em alto volume; que isso fora um desrespeito; que acionada a Polícia Militar, esta tardara, mas, enfim, fora designada uma Força Tática, que chegara ao local, dispersando os baderneiros. “Sou favorável a eventos que atraiam pessoas e deem divertimento a população, mas deve haver pessoas responsáveis, no início, no meio e ao final do evento, para que não se instale o mesmo caos que vimos ontem, que, classificando numa palavra chula, era uma zona, e este é uma alerta, para melhores estudos a respeito de eventos, para os organizadores e para quem responde pelas consequências do evento, lembrando, igualmente, que, não estou falando da cavalgada, mas do pós-cavalgada e suas consequências nada agradáveis”, comentou. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, que falou sobre a política municipal. Disse que, muitas vezes, pensando sobre a política municipal e sobre as atitudes dos opositores, ficava entristecido, porque não se observava uma política criativa, por parte da oposição, promovendo ações sociais, mas sim, uma política, que queria a todo custo tomar o poder para si; que a crítica deveria acontecer, mas a crítica construtiva e lembrou do último ano de governo do ex-prefeito Carlos Nelson Bueno, quando ele mais se escondia da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

população, e ainda, que o ex-prefeito desejava voltar nas próximas eleições e o povo o apoiava. “Vamos fazer uma política de ação para a cidade, não uma política destrutiva; mal cheguei e vieram me pressionar para votar um requerimento, que nem foi apresentado ainda, nem estou sabendo; deixem cada vereador votar da forma como deve ser votado, porque todos têm direito a defesa, eu tive, Dr. Ary também terá e eu cansei, chega de ser omissos, não concordarei com palavras sem nexos aqui; devemos ser mais duros, estamos sendo massacrados por pessoas que não criam soluções, mas apenas ilusões às pessoas, e o povo está cansado, a cidade não está bem, o prefeito não tem acertado, há falhas, sabemos disso, e, com relação ao aumento dos servidores, todo ano é a mesma coisa, uma média política em cima do funcionalismo e eu peço: parem! Quem, dá o aumento é o Poder Executivo, aquele que sabe quanto se pode dar e o que não se pode dar; tudo tem que ser conversado, previamente, e o funcionalismo tem direito de fazer greve, se quiser, mas vereador tem que parar de fazer média com funcionalismo aqui dentro”, salientou e encerrou participação. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo, que proferiu um discurso voltado às mães e ao Dia das Mães, estabelecendo que o amor de mãe era um amor imensurável, que a família era a base da sociedade e a base a família eram as mães. Agradeceu a Deus pelo anjo que lhe dera, como mãe, a falecida Dona Luzia, e, aos que ainda tinham vivas as mães, rogou que as mimassem, bajulassem, abraçassem, beijassem, não deixassem para depois suas mães, seres prioritários, e, para encerrar, disse que tinha saudades de sua falecida mãe, que tinha sido companheira e amiga. “Feliz Dia das Mães às mães mogimirianas e às vereadoras mães”, frisou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Bendito José do Couto, que se reportou às palavras da Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “A vereadora fala das votações, eu também votei favorável para a abertura da investigação na Câmara, porque sou favorável à investigação, com responsabilidade e qualidade, para apuração dos fatos verdadeiros e se o prefeito deve, ou não ser condenado,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

porém, está acontecendo muita politicagem na cidade, por causa disso; não estou preocupado com quem propôs a ADIN, que levou à liminar, mas me importou o fato de que somente o Artigo 22 da CF/88 tem poder para legislar sobre esta investigação de cassação do prefeito e eu fiz uma análise sobre isso; está tudo sendo mastigado na Justiça, que já fez tudo, e nós, da Comissão Processante, estamos, praticamente, fazendo as mesmas coisas sobre aquilo que já foi julgado, então, no meu entendimento, está sendo criada uma instabilidade no município, que está parado, por causa disso e isto, não podemos mais aceitar; se existe o Poder Judiciário, que é apto para investigar, eu pergunto: quem de nós é apto para investigar? Não entro do mérito, se o prefeito merece ser condenado, ou não, mas ingresso no mérito, se devemos continuar aceitando politicagem nesta Casa de Leis, porque, ao invés de ficarmos aqui, falando de saúde, de educação, sobre mais empregos na cidade, estamos discutindo uma questão que não compete a nós e, enquanto isso, a Monroe está indo embora da cidade, porque quer mais terreno e está buscando cidades vizinhas; repito que a CF/88 diz que não é nossa competência e eu mesmo, estou gastando meu tempo na comissão, deixando coisas particulares a fazer, e nem é nossa competência, porque o Poder Judiciário é competente, já julgou e deu aos condenados o direito de recurso; quanto a um possível pedido de abertura de cassação do Vereador Dr. Ary Macedo, eu não vejo razão neste assunto, pois foram realizados oitocentos exames, duas mil consultas, isso trouxe muitos benefícios à população e, se eu fosse julgar, julgaria com equidade isso, haja vista que o Dr. Ary arriscou sua carreira para ajudar pessoas, para apressar cirurgias, pessoas estavam morrendo, e nós vamos julgar isso aqui? Não é nossa competência”, discursou. Também fez uso da palavra o Vereador Daniel Gasparini os Santos, que falou a respeito do SAAE, da concessão de esgotos, dos Serviços de Saneamento de Mogi Mirim –SESAMM e também, lembrou que tinha votado favorável à parceria público-privada do SAAE. Falou que a concessão era algo que funcionava, que era contra a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

privatização e prosseguiu, falando sobre a concessionária SESAMM. “A privatização do esgoto que foi feita no passado, afetou o poder de investimento do SAAE, hoje, estamos vivendo uma crise d’água, e precisamos de investimentos para que não falte água no futuro; a concessão do esgoto foi feita em etapas, foi criado um fundo, para que parte do dinheiro arrecadado pagasse a SESAMM; uma etapa foi antecipada, complicando o fundo e o poder de investimento, hoje, é zero; daqui seis anos, começa a fase 2, aumenta-se o valor, para pagar à SESAMM e isso vai repercutir no cidadão, será quando a água ficará cara, então, eu entendo que cada um tenha a sua colocação, mas temos que fazer com tranquilidade, deixar um pouco de apenas colocações políticas e o prefeito, vendo que a população é contra, não coloque a concessão, mas, repito, na minha visão, se não fizer a concessão, o município vai sofrer”, discursou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que se solidarizou com o Vereador Cinoê Duzo, pela ausência de sua mãe, no Dia das Mães, bem como parabenizou toda as mães mogimirianas, pela efeméride. Depois, enquanto Presidente do Diretório local do Partido Solidariedade - SD, falou acerca da liminar, concedida pela Justiça de São Paulo, ADIN, proposta pelo Presidente do Partido Solidariedade – SD, contra artigos do Regimento Interno da Câmara. “Estive em São Paulo, no partido estadual SD, às minhas despesas e conversei com o Presidente Estadual, David; concordo que todos tenham direito de pedir liminar, mas foi oriundo da executiva estadual do SD; quanto aos meus correligionários, Vereadores Daniela Dalben e Dr. Ary, não os vejo como inimigos; o presidente estadual ingressou com a Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o nosso Regimento Interno – RI e eu lhe perguntei-lhe qual o problema conosco e ele disse, que nem sabia o que estava acontecendo, que apenas assinara documentos, todavia, naquele mesmo momento, outra liminar foi deferida pela Justiça, em cima do nosso Regimento, eu lhe questionei, novamente, e ele nem olhou nos meus olhos! Eu disse a ele que lamentava que o SD tenha sido contrário à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

população da nossa cidade; eu voltei chateado, afirmei ao presidente estadual, que não permaneceria mais no partido; terei uma fala com Paulinho da Força, Presidente Nacional SD, e vou oficia-lo e eu, realmente, lamento; chegando em Mogi Mirim, reuni-me com a comissão, para saber da nova liminar, e decidimos que vamos prosseguir com a comissão, mas teremos nova reunião, para talvez congelar a comissão, porque tudo depende da nova reunião, que terei com os vereadores da comissão processante e com o Procurador Jurídico da Câmara, e outras informações, porque o Artigo 30, da CF/88, diz que o município deve legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, então, não é como o vereador Benedito citou, porque temos o Artigo 30 da CF/88, que nos embasa, enquanto comissão”, discursou e encerrou participação. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi, que comentou acerca das indicações que apresentou, especialmente, manutenção e limpeza no meio-fio da Praça Dr. França Camargo, no Jardim Primavera, e manutenção na iluminação pública na Rua José Fortuna, nas Chácaras São Marcelo. “Na Rua José Fortuna, os moradores ligam para a Elektro, que fala que a responsabilidade é da prefeitura; os moradores ligam na prefeitura, ela fala que a responsabilidade é da Elektro, ora, ninguém resolve e fica o jogo de empurra-empurra, portanto, peço que façam a correção, independente de quem seja o responsável”, registrou. Para concluir, convidou todos para reunião da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros, objetivando a discussão dos projetos a ela encaminhados, bem como desejou às mães de Mogi Mirim, um feliz e radiante Dia das Mães. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Daniela Dalben, que falou sobre as situações que envolviam o seu partido, o Solidariedade. “Nunca assumi tribuna para falar partido, mas como o SD foi citado e sou do SD, quero dizer que o pedido de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade não partiu dos vereadores de Mogi Mirim, mas partiu do David Martins de Carvalho, Presidente Estadual, sem nos consultar e muito me assustou o presidente local, Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Luís Roberto Tavares, não saber disso, pois foi uma surpresa e nós todos fomos pegos de surpresa, da mesma forma como ele, Vereador Luís Roberto, surpreendeu-nos, no passado, quando veio na tribuna e disse que seria o novo presidente municipal da sigla, logo, temos mesmo, que rever a comunicação, e não julgar os vereadores do partido, porque fomos a favor de montar comissão para cassação do prefeito”, explanou. Depois falou sobre os agentes comunitários, relatando que tinha conseguido, junto ao Itaú Data Center uma doação de filtro solar e Gatorade para as funcionárias, que permaneciam sob o sol, lembrando ainda, que o Vice-Prefeito Gérson Rossi, também não media esforços para dar boas condições de trabalho às agentes. “Mais uma conquista dessas funcionárias e, agora, no reajuste salarial, vão receber o piso nacional federal, outra importante conquista para essas meninas maravilhosas, que estão dia a dia com a população”, declarou. Para finalizar, anunciou que estavam terminando as obras na quadra poliesportiva e a construção da piscina coberta no Pró-idoso, melhorias que iriam beneficiar a terceira idade, dando-lhe qualidade de vida, e aproveitou o ensejo para agradecer a equipe maravilhosa de voluntários, que lá laborava. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves, que afirmou empenho em trazer, para Mogi Mirim, uma exposição de carros antigos, no aniversário da cidade, comemorado em 22 de outubro, como forma de lazer à população, que estava carente de diversão. Quanto à declaração de alguns vereadores, em tribuna, o Vereador Presidente emitiu um alerta, para que atentassem à Comissão de Ética e tomassem cuidado com o que era dito, pois, os discursos estavam gravados e era fácil penalizar a pessoa. “Devem tomar cuidado com as declarações, insinuando coisas dos vereadores da base, sem provas, então, façam o seu trabalho, confiem no seu trabalho, mas não



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

denigram os vereadores da base, porque algo de pior pode acontecer com os vereadores, que pegam o microfone para denegrir vereadores da situação, e considerem como um alerta do presidente”, declarou e concluiu sua fala. Também fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires, que teceu críticas ao “ex-prefeito de Mogi Mirim”. Aclarou que o ex-prefeito era “cara de pau” e continuava mentindo, ao dizer que os vereadores da base governista tinham vendido o SAAE; que dava um recado à vereadora, explicando que “seu marido” não lhe explicara que, no primeiro ano de seu mandato, em 2003, concedera apenas 3,7% de aumento ao funcionalismo; que o ex-prefeito mentia tanto, que tinha inventado até um “megaempreendimento” para o município; que a população não tinha memória curta, porque o funcionário público se lembrava bem dos 3,7% e, depois, em 2004, o índice tinha sido de zero por cento; que a atual defasagem do salário do funcionalismo tinha se instalado graças a ele, o ex-prefeito; que era triste ver que um cidadão, que já tinha sido prefeito, tornara-se um “cara de pau”, ao utilizar a imagem do vereador orador, afirmando que ele vendera o SAAE, enganando a população, assim como quando do “megaempreendimento”. “Não há, na lei, a palavra venda, ou privatização do SAAE! Falam mentiras e os pares tem que reagir, vir a tribuna e desmentir esses, que pregam o terror na cidade e fazem panfletagem nas minhas costas, e, quanto ao aumento do funcionalismo, eu queria dar 12% de aumento, mas não sou o prefeito; o ex-prefeito deu 3,7% e depois, no ano seguinte, deu nada e seus colaboradores usam a tribuna para mentir, descaradamente, não podemos aceitar isso e eu pergunto: se vendi o SAAE, cadê o meu dinheiro? Desconheço. É triste, mas os vereadores têm que se defender dessas calúnias”, frisou. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que falou sobre as duas Ações de Inconstitucionalidade – ADINs, que os dois presidentes – Benedito José do Couto e João Antônio Pires Gonçalves tinham recebido, respectivamente, nos anos de 2014 e 2015. “Concordo que os vereadores do SD tenham tomado



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

conhecimento disso apenas agora, mas o teor, o comprometimento do assunto, penso que deveríamos ter sido comunicados pela Casa e o Procurador da Câmara só nos mostrou a liminar, quando a Comissão Processante já tinha sido criada; eu quero acreditar, que dos quase seiscentos e quarenta e cinco municípios do Estado, alguém estava preocupado com dois artigos do nosso Regimento e isso partiu de alguém e, temos que convir, que foi elaborado por pessoas preocupadas com os últimos anos da gestão Gustavo Stupp, haja vista que ações caminham na Justiça; hoje, a Comissão Processante está suspensa, de acordo com as liminares e, Vereador Luís Roberto, não é esta, a primeira vez que o SD lhe prega peças, pois me lembro da primeira vez, quando panfletaram a cidade com o seu nome e agora, com as ADINs; eu quero me solidarizar com sua nota de repúdio, contra algumas pessoas do seu partido, porque somente depois que foi formada a Comissão Processante, tivemos conhecimento da liminar, datada de setembro de 2014 e eu quero uma explicação do porquê”, discursou. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h09, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente), convidando os vereadores para uma reunião na Sala da Presidência. Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 39, de 2015, de autoria do Poder Executivo, “dispondo sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Esporte, Juventude e Lazer, e dando outras providências”. Juntamente com emenda e Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

39/2015, do Prefeito de Mogi Mirim e emenda); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no § 2º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 2. REQUERIMENTO Nº 136, de 2015, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa, “encaminhando denúncia ao Ministério Público de não cumprimento da Lei Federal nº 10.436, de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dando outras providências”. Para discussão a pedido do Vereador Benedito José do Couto. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 159/2015, de autoria da Sra. Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, na forma do inciso VII, do Artigo 156, combinado com os Artigos 113, § 5º, III e 163 §2º todos da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), a *retirada do Requerimento nº 136/2015*, de sua autoria, constante da Pauta da “Ordem do Dia” da presente sessão, o que foi aprovado, pela unanimidade dos vereadores presentes à sessão. **“ex-vi” do disposto no § 1º, inciso III, “d”, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 3. Projeto de Lei nº 01, de 2015, de autoria da Vereadora Maria Helena S. de Barros, “dando denominação à Rua 05, situada no Loteamento Vila Toscana de RUA GASTÃO LORENZETTI FILHO”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 01/2015, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 4. Projeto de Lei nº 20, de 2015, de autoria da Vereadora Daniela Dalben Mota, “dando denominação à MMR-106, na região do Horto de Vergel, de ANTONIO DALBEN”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 20/2015, da Vereadora Daniela Dalben); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); EM SEGUNDO TURNO: **“ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Interno: 5. Projeto de Lei nº 37, de 2015, de autoria da Vereadora Maria Helena S. de Barros, “declarando de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PROJETO LIBERDADE”; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Segundo Turno, o Projeto de Lei nº 37/2015, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); EM PRIMEIRO TURNO: “**ex-vi**” do disposto no **inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno**: 6. PARECER DESFAVORÁVEL de lavra da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, ao Projeto de Lei nº 26, de 2015, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “dispondo sobre a proibição no âmbito do Município de Mogi Mirim da inauguração e a entrega de obras públicas incompletas, ou que concluídas não atendam ao fim a que se destinam”. (em caso de rejeição do Parecer desfavorável, o Plenário deliberará sobre o projeto de Lei em questão, “ex-vi” do disposto no Artigo 56, do Regimento Interno). Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Quaglio, membro da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas – COSPAP. Explicou que, como membro da comissão, não concordava com o parecer desfavorável, porque o projeto era bom, haja vista as obras inauguradas e que nunca tinham funcionado no município, tais como, por exemplo, o Hospital Municipal, inaugurado na década de oitenta, sem nunca ter prestado um único serviço à população; que a Lei de Responsabilidade Fiscal era enérgica, mas mesmo assim, ainda existiam casos; que à COSPAP cabia fiscalizar a execução do plano diretor e a lei, em tela, viria ajudar na questão da fiscalização de obras, que não deveriam ser inauguradas, antes de estarem prontas e nem serem desviadas do fim ao qual se destinavam, que não via problemas com um projeto desse tipo, porque absurdo eram as obras inauguradas e não acabadas e que, o seu entendimento tinha sido diferente do de seus colegas, na comissão, visões diferentes, não significando que eles estivessem errados no parecer, e declarou seu voto contrário ao Parecer



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Desfavorável. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira que se posicionou contrária ao parecer desfavorável, porque se manifestava no sentido de se acabar com a inauguração de obras, que muitas vezes não eram concretizadas, e, como exemplo, citou o programa Quero Vida, inaugurado no ano de 2014 e ainda não atendendo aos idosos semi-dependentes. Fez uso da palavra, ato contínuo, o autor, Vereador Luís Roberto Tavares, que rogou a todos, independentemente da situação política, o voto contrário ao parecer; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por onze (11) votos contrários a quatro (04) votos favoráveis, Primeiro Turno, o Parecer Desfavorável da COSPAP ao Projeto de Lei nº 26/2015, do Vereador Luís Roberto Tavares); Em votação o projeto de lei: (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Primeiro Turno, o Projeto de Lei nº 26/2015, do Vereador Luís Roberto Tavares); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICACÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). O primeiro a discursar foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. Afirmou que toda a democracia era composta da situação, a base de governo, e da oposição, caso contrário, não haveria a necessidade de partidos políticos e ideologias; que ele era oposição ao atual prefeito, desde antes do início do mandato; que, na data, o Vereador Jorge Setoguchi e ele tinham comparecido ao gabinete do prefeito; que, se a oposição era contra tudo e todos, não era o caso dele, orador; que ele tinha sido oposição ao ex-prefeito Paulo Silva e situação, com o ex-prefeito Carlos Nelson Bueno; que, atualmente, fazia oposição ao governo de Gustavo Stupp, mas se tratava de uma oposição sadia, em seu entendimento, tanto assim era verdade, que tinha votado, favoravelmente, a alguns projetos, que entendia como corretos; que se colocava sempre na posição do prefeito, para votar; que, se o projeto fosse bom



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para a cidade, votava com o prefeito, mas se o projeto fosse viciado, seu voto seria contrário; que não aceitava a generalização da palavra “oposição”, porque isso dava impressão, na mídia, que a oposição era oposição apenas por ser; que estava na hora de todos pararem com a mania de “situação e oposição” e pensarem na cidade, município que precisava voltar a se desenvolver; que este era o seu ponto de vista, desejava esclarecê-lo, porque de nada adiantava ser oposição, ou situação, apenas por conveniência, porque, de modo radical, quem perdia era a cidade, que perdia investimentos, empresas; que os vereadores tinham que pensar como agir, que a eleição viria apenas no ano de 2016 e que, até lá, o objetivo era trabalhar pela cidade. A próxima oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa, que continuou na mesma linha de discurso. Relativo ao colocado, pela situação, de que a oposição não tinha projetos, discordava, e afirmou que, atualmente, era oposição ao governo de Gustavo Stupp, mas não virara as costas para o município, pelo contrário, tinha se esforçado para trazer a Caravana da Inclusão, indo até o Gabinete do Prefeito, esquecendo divergências político-ideológicas e agindo com o melhor propósito para povo. Aclarou que fiscalizava os atos do Executivo com convicção, pois era sua prerrogativa, enquanto vereadora, e discordou de que a fala da Vereadora Luzia era uma tentativa de induzir votos para a próxima eleição. “Todos os eleitos sabem o que é certo, ou errado, e ela jamais induziria alguém a tomar uma decisão, porque cada um toma a decisão como quer e vice-versa, e isto é a democracia, é assim que se faz”, sublinhou. Para concluir, versou sobre verba, por ela conquistada, junto ao Deputado Ricardo Trípoli, para ações junto ao Programa Bem Estar Animal, registrando que ainda não tinha recebido os documentos que solicitara, relatórios e prontuários, dados que mostravam o número de castrações feitas, no município, e como o dinheiro da verba tinha sido aplicado. “Sou vereadora, tenho direito saber para onde foi o dinheiro, pois é uma questão de saúde pública; é competência do município fazer as castrações, um dever, e a ajuda angariada com as emendas é



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

boa, mas o município não pode fugir de sua responsabilidade”, registrou, concluindo. Como os próximos inscritos, Vereadores Cinoê Duzo e Marcos Bento Alves de Godoy, desistissem da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Benedito José do Couto, que disse comungar da ideia exposta no discurso do Vereador Osvaldo Quaglio. “Fui oposição ao prefeito Carlos Nelson Bueno, mas sempre participei das reuniões, fui até cobrado pelo partido, de suposta traição, mas se tratava apenas do uso do bom senso, porque projeto bom, eu voto pelo município, e era justamente isso, que eu dizia antes, ou seja, que está havendo discussões de coisas cabíveis ao Poder Judiciário, enquanto nos desgastamos e deixamos de observar outras coisas importantes; a instabilidade política afasta as empresas e fui perguntar ao prefeito, o que ele está fazendo, caso a Monroe acabe deixando Mogi Mirim, e ele respondeu que está correndo atrás; nós temos que trabalhar com responsabilidade, ao invés de tentar prejudicar este, ou aquele, porque, enquanto isso, a cidade para, estaciona; aqui, somos todos amigos, votamos para o bem da cidade e precisamos ter esta consciência; o Dr. Ary Macedo agiu pensando unicamente no juramento que fez, como médico, e resolveu o problema da população e eu mesmo, à época, fui lá pedir para que acelerasse uma cirurgia de vesícula, porque a enferma iria morrer, se continuasse esperando aquela fila, logo, temos que olhar com coerência, equidade, não podemos condenar, pura e simplesmente, porque ele trabalhou em prol da população; hoje, é com ele, mas, amanhã, pode ser com qualquer um de nós, que pretendíamos fazer o bem; temos que trabalhar com bom senso e ter qualidade no trabalho, para que a cidade possa melhorar”, explanou. O próximo orador foi o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, que desejou um feliz Dia das Mães a todas as mães mogimirianas e também agradeceu ao Secretário de Obras e à direção da empresa Marangoni, pela reforma da quadra de esportes da praça do Jardim Flamboyant, que estava abandonada há tempos e, com o apoio, estava sendo melhorada, para atender os bairros adjacentes e ser utilizada por muitas pessoas. A seguir, fez uso



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da palavra a Vereadora Luzia Cristina Cortez Nogueira. Destacou que não fazia politicagem; que o termo tinha conotação baixa; que se recusava à politicagem; que muitas vezes tinha discutido e defendido ações do Executivo, porque tinha certeza era o melhor para a cidade, mas que se posicionava, negativamente, quando a proposta era prejudicial à cidade; que o orçamento do município era ínfimo no passado e, agora, o orçamento ainda era alto; que muitas compras eram feitas e questionadas, não só por ela, mas, diretamente, pela Justiça; que o aumento dos comissionados fora algo complicado, haja vista o prometido e aquilo que realmente estava sendo feito; que sempre se postara dentro da ética e exigia a mesma postura da administração, pois aquilo que estivesse errado diante da lei, estava, de fato, errado; que os prefeitos mais antigos tinham recebido vários processos, respondendo a esses, na Justiça; que cada legislatura, tinha que responder pelo seu período, portanto, ela nunca mencionava os ex-prefeitos Ricardo Brandão, ou Carlos Nelson Bueno, haja vista que ela focalizava o hoje, aquilo que acontecia no presente, e de que modo acontecia, a mesma coisa que os vereadores vinham fazendo por várias legislaturas anteriores à atual; que dever-se-ia haver mais respeito a cada um dos vereadores; que ela não perdia o seu tempo, para vir à Casa e fazer politicagem, porque exercia um trabalho sério e assim prosseguiria e que, cada vereador representava a população como um todo. “Minha mãe, chamada Luzia, foi uma grande mulher e através dela, parabenizo todas as mães, base da formação do cidadão; minha mãe, aos trinta e nove anos, foi diagnosticada com o diagnóstico da morte e, aos quarenta anos, ela nos deixou; ela dizia, que não queria ‘vaquinhas de presépio’, que cada filho deveria ter a sua própria ideia, portanto, eu não quero que nenhum dos meus filhos seja uma ‘vaquinha de presépio’, mas que participem e levem o conhecimento adiante”, frisou. Como o próximo orador, Vereador Jorge Setoguchi, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o nobre Vereador Waldemar Marcurio Filho. Este mais uma vez falou que não



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tinha votado qualquer venda do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim, mas tinha aprovado uma Parceria Público-Privada para a autarquia e, prosseguindo, teceu comentários acerca do aumento salarial do funcionalismo, registrando que o aumento era concedido pelo Poder Executivo, figura que propunha o possível valor do índice. “Reafirmo à Vereadora Luzia, que é funcionária pública, que se ela me garantir que os funcionários desejam que eu vote contra, eu votarei, mas ninguém representa a classe, de fato, e se não votarmos o mínimo, o funcionalismo passará o ano sem aumento algum e cabe a nós, vereadores, conversar com a classe”, destacou. Quanto à cavalgada, narrou que tivera o prazer de organizar duas romarias marianas no Distrito de Martim Francisco, com a participação de devotos de Nossa Senhora, católicos e pessoas que gostavam de cavalos e animais, em geral, mas que, atualmente, as romarias tinham se tornado uma bagunça, com turmas outras, que escutavam música Funk e Pancadão, só faziam apologia ao crime e desclassificavam o gênero feminino. “O meio para mudar é organizar, com antecedência, bem como pedir apoio à PM, reforço, e, acabando a romaria, que seja dispersado o povo, para que não haja aglomeração e não surja a bagunça”, pontuou. Depois falou sobre fatos do passado, que envolviam o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. “Respeito o Vereador Osvaldo, como pessoa, um cidadão honesto, bem como respeito o Vereador Ary, mas o Osvaldo se posicionou, na sessão anterior, dizendo que o ocorrido, no passado, fora diferente, do que agora ocorre, com o Vereador Ary, e eu digo que não é diferente, porque a empresa, da qual o Vereador Osvaldo assinava como administrador... tenho cópia contrato social da empresa, Vereador Osvaldo; a empresa recebeu cheques da prefeitura e não estou condenando o vereador, mas não acho certo condenar o Dr. Ary, diante do precedente, que ocorreu com Vereador Osvaldo Quaglio, em 21 de julho de 2010, porque isso vai abrir caminho e muitos vereadores poderão ser cassados, todavia, deixo claro o meu voto contrário ao processo de cassação contra qualquer vereador,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

porque não acho justo, não é certo e é o meu pensamento”, frisou. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires, que parabenizou o Secretário de Esportes e Lazer, Dirceu Paulino, e equipe, pela realização dos Jogos dos Trabalhadores. Depois, agradeceu aos que faziam campanha pela sua pessoa, porque ele estava na mídia, nas redes sociais, na EPTV Campinas e nos jornais, logo, estava trabalhando. “Mas, se estou incomodando meia dúzia de incompetentes, que não têm tempo para trabalhar, mas têm para denegrir, digo que não citei nome de jornalista algum aqui, na semana passada, mas lá, na rede social – Facebook, postaram que eu falei e citaram um nome, e relato que minha consciência está tranquila, mas o que fazem não é justo, porque são mentiras e inverdades, para fazer graça no FB e denegrir minha imagem; respondo, dizendo que devem colocar o nome na pesquisa de intenção de votos para 2016, para ver quem é quem, quem é citado na disputa das unas, ao invés de denegrirem a imagem de quem está trabalhando”, finalizou. A próxima oradora, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, desistiu do uso da palavra. O Presidente da Casa, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, usou da palavra para dar explicações sobre a contratação de um intérprete de Libras. “Aguardava um parecer da Consultoria NDJ, que chegou, e relata, que a Câmara, mesmo diante da existência de lei federal, não é obrigada a contratar o intérprete, um dever constitucional, que depende da Mesa da Câmara, mas, por outro lado, eu nunca afirmei que não iria contratar; não se trata apenas do intérprete de Libras, porque precisamos de mais profissionais e estamos tentando contratar uma empresa, para uma reestruturação da Câmara, mas, em consideração às pessoas deficientes, como eu posso gastar oito mil reais do erário, sem licitação, estou procurando um intérprete, acreditando que, até segunda-feira, tenhamos resolvido o assunto, todavia, repito, que só posso gastar até oito mil reais, ou seja, dois mil reais/mês, e teremos o intérprete por quatro meses, até que seja contratada uma empresa, para a reestruturação”, explicou e, para encerrar, desejou um Feliz Dia das Mães às mães de Mogi Mirim.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento do *Dr. Alberto Costa e senhora Irma Bridi*. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h32, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM